

TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO ESTUÁRIO AMAZÔNICO E RE-EXISTÊNCIA CAMPONESA: ESTUDO DE CASO NA ILHA DO CAPIM, ABAETETUBA/PA

Territorialization of agribusiness in the amazonic estuary and peasant re existence: case study in Capim Island, Abaeteuba/PA

Jaqueline Raquel Cardoso Mesquita
Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável
Universidade Federal do Pará, Instituto Amazônico de Agriculturas
Familiares, Belém, Brasil
jaquelinercmesquita@gmail.com

Lívia de Freitas Navegantes Alves
Doutora em Agroecossistemas
Universidade Federal do Pará, Instituto Amazônico de Agriculturas
Familiares, Belém, Brasil
lnavegantes@ufpa.br

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●

RESUMO

Na região do Baixo Tocantins, especificamente no Município de Barcarena/PA, o agronegócio vem se territorializando de forma a criar um centro hidroviário de distribuição de *commodities* para o mundo. Este trabalho tem como objetivo pautar quais são as ações do agronegócio na Ilha do Capim e seus arredores e demonstrar quais as estratégias de luta dos ribeirinhos. Foram utilizados os seguintes métodos: entrevistas históricas, observação participante e oficina para análise de conflitos socioambientais. Verificou-se que, na percepção dos ribeirinhos, a principal estratégia utilizada pelo grupo do agronegócio é fundamentada na propagação do discurso de desenvolvimento. Outras estratégias utilizadas foram a tentativa de compra de terra na Ilha do Capim, o que é ilegal, segundo o § 2º do Art. 59. da instrução normativa Nº 97 de 17 de dezembro de 2018, e o não reconhecimento, por parte das empresas, dos ribeirinhos como sendo povos e comunidades tradicionais. Consideramos que os ribeirinhos percebem as estratégias do agronegócio como um jogo de ações articuladas, com diversos sujeitos institucionais ou individuais para efetivar a territorialização desse modelo econômico na região. Por sua vez, os povos e comunidades tradicionais promovem iniciativas que afirmam o direito de permanência em seus territórios, como que esses territórios tenham capacidade de promover suas funções para quem nele se territorializa.

PALAVRAS-CHAVE: Estuário Amazônico. Territorialização. Agronegócio. Re-existência Camponesa. Ribeirinhos.

ABSTRACT

In the region of Baixo Tocantins, specifically in the municipality of Barcarena/PA, agribusiness has been becoming territorialized in order to create a hydrographic distribution center for the world. This paper aims to guide what are the agribusiness actions in Capim Island and its surroundings and to demonstrate the strategies of the 'ribeirinhos' (riverside population) struggle. The following methods were used: historical interviews, participant observation and workshop for analysis of social and environmental conflicts. It was found that in the perception of the ribeirinhos people, the main strategy used by the agribusiness group is based on the spread of development discourse. Other strategies used were the attempt to buy land on the island of Capim, which is illegal, according to § 2 of Art. 59. Of normative instrucion nº 97 of December 17, 2018, and the non-recognition by the companies of the riparian as traditional peoples and communities. We consider that the ribeirinhos people perceive agribusiness strategies as a game of articulated actions, with various institutional or individual subjects, to effect the territorialization of this economic model in the region. In turn, traditional peoples and communities promote initiatives that affirm the right to remain in their territories, but not only that these territories have the capacity to promote their functions to those who are territorialized.

KEYWORDS: Amazon Estuary. Territorialization. Agribusiness. Peasant Re-existence. Ribeirinhos.

1 INTRODUÇÃO

Na região do Baixo Tocantins, especificamente nos Municípios de Abaetetuba/PA e Barcarena/PA, o agronegócio vem se territorializando de forma a criar um centro hidroviário de distribuição de *commodities* como grãos (milho, soja, pimenta), carne (boi vivo) e aço, para o mundo, através da exportação. Ao passo que essa territorialização acontece, há todo um processo de modificação da territorialização de outro grande grupo, que são os povos e comunidades tradicionais pertencentes a este mesmo território.

O corredor Arco Norte (do qual trataremos mais a frente) viabiliza novas rotas de escoamento das *commodities* como soja e milho que são produzidos na região centro-oeste e o aço da Amazônia. Através da hidrovia Tapajós-Amazonas essa produção é destinada ao porto de Vila do Conde (um dos portos que fazem parte deste corredor logístico), para serem transportados em navios graneleiros até o mercado europeu e chinês (RODRIGUES, 2018).

Em frente ao complexo portuário de Vila do Conde está situada a Ilha do Capim (Abaetetuba/PA), lócus desta pesquisa que, apesar de não ser o município-sede das instalações portuárias, vivencia as consequências da implementação desse modelo econômico de perto. Rodrigues, Rodrigues e Lima (2019, p. 378) afirmam que as áreas que abrangem o corredor Norte passam a ser “uma zona de sacrifício social (espoliações), que em síntese seria: territórios a serem sacrificados, degradados e “palco” de violências e violações”.

Para fazer frente a este processo de apropriação do capital de terras e águas camponesas, os ribeirinhos da Ilha do Capim há mais de 30 anos lutam para afirmar seu território e garantir suas territorialidades.

Não são poucos os trabalhos que retratam as formas de re-existência de povos e comunidades tradicionais mediante o avanço do agronegócio e do sistema capitalista como um todo, no Brasil (FABRINI, 2012; WANDERLEY, 2014) e especificamente na Amazônia (BECKER 1988; ALMEIDA, 2010), nesse sentido pretendemos acrescentar parte da realidade vivenciada pelos ribeirinhos da região do Baixo Tocantins frente a esse cenário.

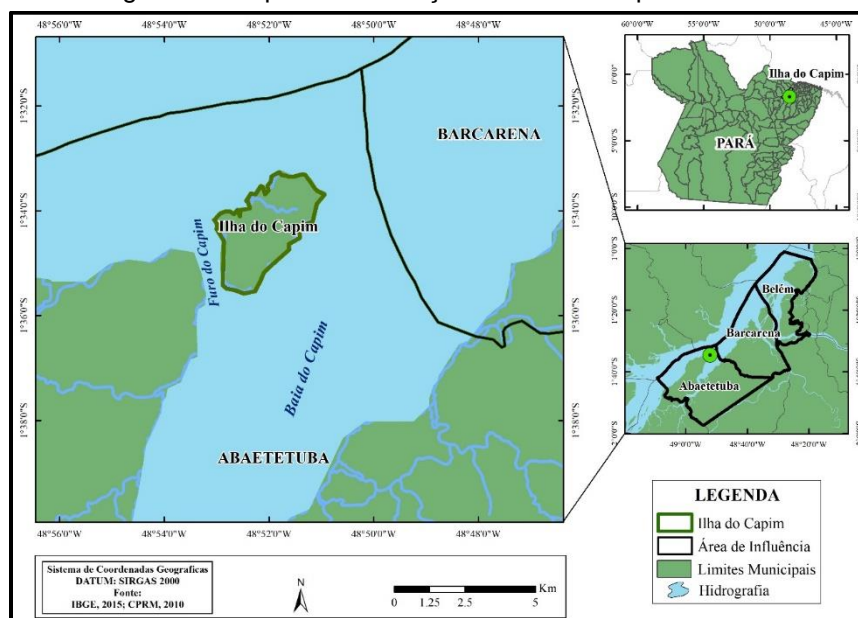
Aguiar (2017, p 12) nos coloca que é “sobretudo, do ponto de vista de como se materializam no espaço planetário que os megaprojetos produzem reordenações espaço-temporais e consequentes conflitos entre territorialidades”. Por isso, este artigo objetiva

pautar as ações do agronegócio na Ilha do Capim e seus arredores e demonstrar quais as estratégias de luta dos ribeirinhos para garantir sua permanência na Ilha e seus direitos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Ilha do Capim (S 01°34.971' W 048°52.932') está situada no município de Abaetetuba, estado do Pará, localizado no território do Baixo Tocantins, a 62 km da capital Belém, vizinha ao complexo portuário instalado em Barcarena, conforme demonstrado na figura 1. Esse município é composto por 75 ilhas com áreas de várzea e terra firme e sua população se reproduz socialmente sob o modo de vida ribeirinho, marcado pela dependência da acessibilidade fluvial, da pesca, do extrativismo e da agricultura (CARDOSO et al., 2007).

Figura 1 – Mapa de localização da Ilha do Capim.



Fonte: Karla de Souza Santos (2019).

Para a realização deste estudo foram utilizados os seguintes métodos: entrevistas históricas, segundo preceitos de Garcia Filho (1999); observação participante, segundo considerações de Becker (1994) e oficina para análise de conflitos, baseada na metodologia de facilitação para gestão de conflitos socioambientais, proposta por Assad, Litre e Nascimento (2009), de onde foram extraídos passos que nortearam a investigação do conflito como: sujeitos envolvidos, grau de influência dos sujeitos, através do olhar do grupo

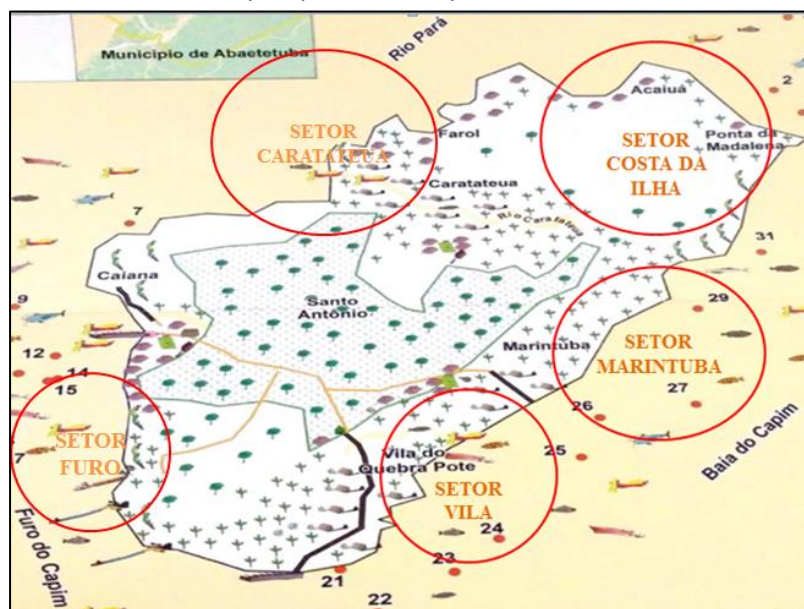
subalternizado. Não investigamos a percepção dos sujeitos hegemônicos, como propõe a metodologia, por entender que esse grupo visa a consolidação de seu projeto.

As entrevistas históricas foram realizadas com informantes-chaves para a compreensão das ações de re-existência dos ribeirinhos frente ao avanço do agronegócio em seus territórios (terra e água). Essas ações foram contextualizadas em forma de calendário histórico, como proposto por Verdejo (2006), pautadas em datas específicas e comparadas com as ações realizadas pelas empresas que ali se instalaram, através de análise de dados secundários (MANN, 1975). Além disso, foi necessário fazer uso dos princípios da observação participante para que entendêssemos a relação entre a territorialização do agronegócio e os mecanismos de organização (individuais e coletivos) que foram construídos pelos ribeirinhos para resistir diante desse cenário.

Mais do que a mera descrição das ações praticadas pelos dois grupos pesquisados, buscamos identificar o sentido, a orientação e a dinâmica de cada momento em que as mesmas ocorreram. Nesse sentido, a participação da primeira autora em eventos organizados pelas empresas e em ações de re-existência organizadas pelos ribeirinhos permitiu-nos compreender ainda mais as estratégias de ambos os grupos para afirmação de suas territorialidades.

As oficinas organizadas no âmbito desta pesquisa foram realizadas em diferentes setores correspondentes às localidades reconhecidas pelos ribeirinhos, a saber: 1) “Costa da Ilha”, 2) “Vila”, 3) “Marintuba”, 4) “Furo” e 5) “Caratateua”, como mostra a figura 2. Essa nomenclatura é utilizada pelos próprios ribeirinhos, para divisão de grupos de trabalho dentro das igrejas e pelos agentes comunitários de saúde (ACS).

Figura 2 – Setores da Ilha do Capim onde foram realizadas as oficinas integrantes da metodologia da pesquisa de campo.



Fonte: Boletim Cartografia da Cartografia Social Nº 8 (2017), adaptado pelas autoras.

A metodologia empregada foi fundamental para que os ribeirinhos construíssem suas análises sobre os sujeitos que fazem parte do conflito vivenciado, a definição de suas posições, seus interesses, estratégias e peculiaridades, e que tipo de relações são construídas entre esses diversos sujeitos.

3 TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO EM TERRAS E ÁGUAS RIBEIRINHAS

A territorialização do agronegócio em terras e águas camponesas na Amazônia brasileira não vem se estabelecendo de hoje, sempre se deu a partir de estratégias envolvendo os grandes grupos empresariais e os entes governamentais, tirando os direitos de povos e comunidades tradicionais de viver em seus territórios e reproduzir seus modos de vida (COSTA SILVA, 2014, p. 299).

Desde 1970 empresas foram instaladas no município de Barcarena/PA para extrair e processar minério da região Amazônica, com aval do governo Federal que sempre garantiu a plena execução de obras, licenciamentos e parcerias com os grupos privados (NAHUM, 2011). Porém bem mais recente, desde 1985, vem se instalando nesse município o que já é o maior complexo portuário industrial do estado, o Porto de Vila do Conde, ainda

em plena expansão, que fica localizado em frente a Ilha do Capim, local de estudo de nossa pesquisa (BARBOSA, FILHO E SOUZA, 2018).

Dentre as empresas já instaladas no município de Barcarena listamos grupos como Alumínio Brasileiro S.A (Albras), Alumina do Norte S.A. (Alunorte), Pará Pigmentos S.A. (PPSA), Imerys Rio Capim Caulim S.A. (IRCC), Bunge Brasil e Norsk Hydro ASA (Hydro), que são os maiores responsáveis pela movimentação do complexo portuário de Vila do Conde (COELHO, DE ABREU MONTEIRO, SANTOS, 2004).

O projeto Arco Norte é um plano estratégico que compreende portos e estações de transbordo para transporte de *commodities*, principalmente milho e soja, produzidos na região Centro-Oeste rumo à exportação. Tal corredor é composto pelos eixos Tapajós, Madeira e Leste, contando com complexos portuários instalados em Itacoatiara/AM, Santarém/PA, Barcarena/PA, Santana/AP e São Luiz/MA (MTPA, 2017, p. 53).

Segundo o projeto Arco Norte: o desafio logístico:

Há uma clareza muito grande da parte dos planejadores de transportes, estudiosos do tema, operadores logísticos e do setor produtivo, que as alternativas de escoamento mais adequadas para a pujante produção do Centro-Oeste e Norte brasileiro são as que conduzem para os portos da região Norte (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 21).

A partir do início da implementação desse projeto em 2014, os grãos passaram a ser transportados de modo rodoviário (carretas bi-trens) até a Estação de Transbordo de Cargas (ETC) em Itaituba/PA, passando para as balsas que vão até o porto de Vila do Conde, seguindo então para exportação em navios graneleiros, demonstrado pela figura 3.

Dessa forma os grupos empresariais formam o que Da Silva (2010, p. 39) denomina como “territórios corporativos”, onde as organizações, movidas pela lógica do grande capital, se especializam organizadas em redes produtivas e políticas.

4 A PERCEPÇÃO DOS RIBEIRINHOS SOBRE AS ESTRATÉGIAS DO AGRONEGÓCIO

Os ribeirinhos da Ilha do Capim se organizam coletivamente através da Associação Extrativista Projeto Agroextrativista-PAE Santo Antônio II para fazer frente aos grandes projetos. Dentro das temáticas tratadas nas reuniões, as ações de resistência tem sido pauta recorrente, via que cada vez mais os jovens ribeirinhos assumem esse planejamento.

Na percepção dos ribeirinhos da ilha do Capim, as empresas que trabalham a favor do agronegócio se articulam com órgãos das esferas municipal, estadual e federal para implementar suas ações. Possuindo uma lógica produtivista, essa grande articulação, ganha força e avança rumo aos territórios dos povos e comunidades tradicionais do município de Abaetetuba.

Corroboramos com a análise feita por Heredia, Palmeira e Leite (2010) sobre a atuação do Estado diante do avanço do agronegócio como sendo de fundamental importância não só para a origem, mas como expansão desse modelo econômico na Amazônia, seja por meio de políticas públicas locais ou por intermédio de políticas mais globais como as de infraestrutura.

Na percepção dos ribeirinhos, a principal estratégia utilizada pelo grupo do agronegócio para fundamentar as ações que a cada dia tiram seus direitos é o discurso de desenvolvimento propagado. Esse discurso se embasa em estratégias de persuasão, como a provável oferta de empregos nas empresas que se instalam na região, a possibilidade de maiores investimentos em infraestrutura e serviços nos municípios (como saúde, educação e segurança), através dos impostos pagos pelas empresas e a maior circulação de capital, o que fomentaria o circuito de comercialização dos produtos regionais.

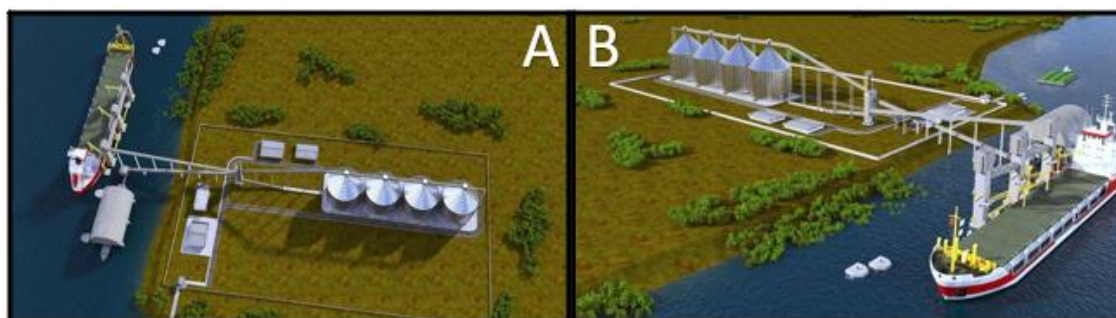
Apoiamo-nos nas reflexões de Porto-Gonçalves (2004, p. 39) sobre como o desenvolvimento praticado pelas corporações do grande capital realmente se realiza na prática para afirmar que, “des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com o seu espaço, com seu território”. Para os ribeirinhos está bem clara a intencionalidade da propagação desse discurso por parte do grupo do agronegócio, do qual a narrativa a seguir se torna um exemplo:

O nosso progresso é pescar, comer o nosso peixe, viver bem com nossa família, morar né, desfrutar da nossa região que nós nascemos e estamos vivendo. Pra eles o progresso é a tecnologia, são fábricas, essas coisas que vem de encontro com o nosso né. E aí o deles, como é mais forte vem prejudicar o nosso (ARMÍNIO SOARES AZEVEDO *apud* BOLETIM CARTOGRAFIA DA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2017, p 18).

Este discurso propagado pelo sujeito hegemônico vai de encontro ao “ideal de Bem Viver” prezado pela comunidade, onde se busca uma forma harmoniosa de conviver com a natureza, a valorização da sociabilidade desses sujeitos em suas práticas produtivas, alimentares e culturais, culminando na manutenção e reprodução de seus modos de vida.

Outra estratégia usada pelo grupo do agronegócio, destacada pelos ribeirinhos, foi a tentativa de compra de terra na Ilha do Capim, no ano de 2014, para construção de um Terminal Flúvio Marítimo (TFM) em nome da empresa Odebrecht Transport. A empresa chegou a fazer o escopo do projeto malgrado, o material encontra-se disponível na internet, representado pela figura 4.

Figura 4 – A) Imagem panorâmica do escopo do projeto do Terminal Flúvio Marítimo, projetado para ser implantado na Ilha do Capim, Abaetetuba/PA e B) Imagem frontal do escopo do projeto do Terminal Flúvio Marítimo.



Fonte disponível em: <<http://www.mpsprojetos.com.br/br/portfolio/terminal-fluvio-maritimo/33/>>

No ano de 2015, a empresa Cargill Agrícola conseguiu adquirir 400 hectares na Ilha Urubuêua (que fica na outra margem do furo do Capim), e ali tem investido recursos para construção de um Terminal de Uso Privado (TUP), com capacidade para movimentação de seis milhões de toneladas de soja e milho por ano e funcionamento previsto entre 2022 a 2025.

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) desse TUP já foram protocolados pela Cargill na Secretaria de Meio Ambiente e

Sustentabilidade do Pará (SEMAS-PA), e nestes devidos documentos a empresa responsável pela elaboração (Ambientare Soluções em Meio Ambiente LTDA) relata que a área destinada ao empreendimento é de propriedade privada, porém este mesmo local é um Projeto Agroextrativista (PAE).

Ainda nesses mesmos documentos, os povos e comunidades tradicionais são restritamente definidos como indígenas e quilombolas (RIMA, p. 3), não levando em consideração os ribeirinhos da Ilha do Capim como pertencentes a uma ou outra categoria.

O não reconhecimento, por parte das empresas, dos ribeirinhos como integrantes da categoria de povos e comunidades tradicionais é outra estratégia utilizada para lhes retirar seus direitos de permanência em seus territórios. Aguiar (2017, p.77) nos aponta que “a estes grupos busca-se negar a possibilidade de serem sujeitos políticos com soberania popular sobre os destinos dos territórios que constituem e constroem”.

5 O PROCESSO DE RE-EXISTÊNCIA DOS RIBEIRINHOS

A gente não faz resistência por resistência, mas sim pensando lá na frente. Não só por fazer, mas com inteligência, pois hoje muitos jovens estão dentro das universidades. A gente não vive só na terra, a gente vive em mar. A dispensa não está dentro da casa, mas está no mar (Ribeirinho, nascido e morador da ilha do Capim, 54 anos, pesquisa de campo, 2018).

O processo de resistência na Ilha do Capim vem sendo construído mediante momentos de planejamentos, organização interna na associação do PAE, formação de rede com instituições parceiras e ações de luta. Não se constitui em um processo estático, pois a cada dia novas empresas chegam à região, reconfigurando o território, fazendo com que os ribeirinhos respondam a esse processo a que Harvey chama de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2004, p. 120).

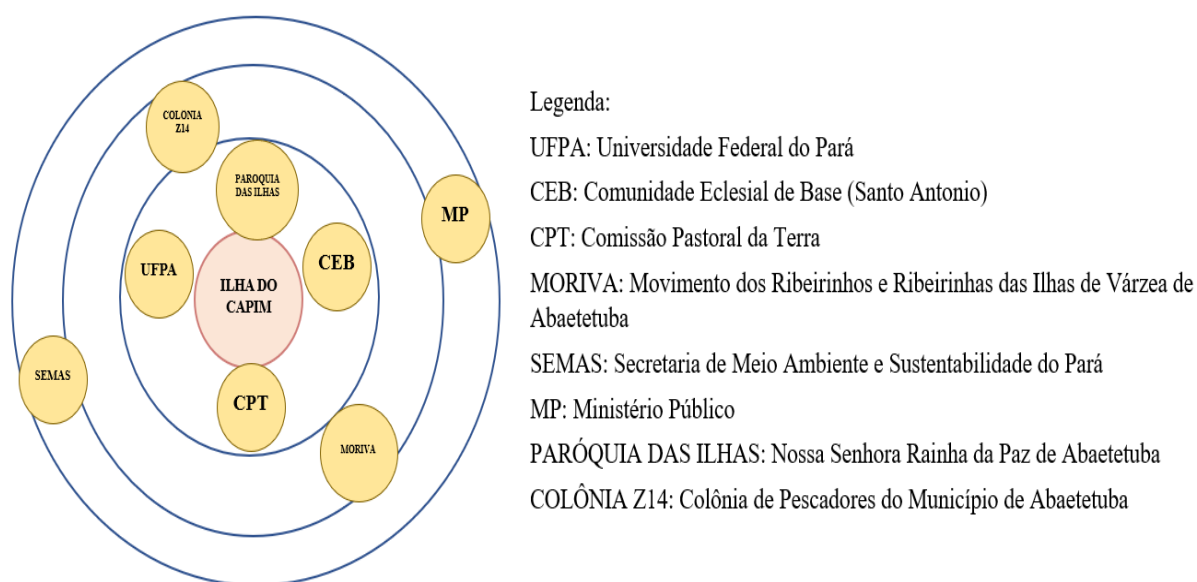
Os momentos de planejamento são constituídos de reuniões em que se articulam e se definem as ações que serão realizadas e quais instituições poderão apoiá-los. Também são realizados encontros para diálogo sobre os conflitos vivenciados para entender qual o posicionamento dos participantes e incentivá-los à reflexão.

A organização interna dos ribeirinhos da Ilha do Capim é um elemento chave no processo de resistência, pois fortalece os sujeitos como integrantes de uma mesma identidade territorial. Tentativas de compra de terra na ilha foram evitadas graças a essa organização, pois já haviam suspeitas de que essa tentativa iria se concretizar, então, os

membros da diretoria da associação ficaram de sobreaviso para dar apoio as famílias que provavelmente seriam abordadas pela empresa.

Os ribeirinhos constituíram uma rede com instituições, o que demonstrou ser fundamental para garantir apoio nos momentos de luta. No entanto, nem todas as instituições possuem o mesmo nível de proximidade com os ribeirinhos, o que é demonstrado pelo diagrama de Venn na figura 5. Vale ressaltar que essa estratégia de formação de rede com agentes externos também é adotada pelas empresas presentes na região.

Figura 5 – Diagrama de Venn das instituições parceiras dos ribeirinhos da Ilha do Capim, Abaetetuba/PA, face aos conflitos advindos do Arco Norte.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Tal como Maneschy, Maia e Conceição (2008, p. 104) analisaram as associações que, para além das atividades relacionadas a créditos, praticam uma forma de associação envolvendo confiança mútua e compromisso efetivo e que ainda estão inseridas em uma rede de colaboradores, aparentam estar bem mais habilitadas para enfrentar novas exigências, que aqui podemos colocar como os conflitos socioambientais decorrentes do avanço dos grandes empreendimentos capitalistas.

Os três círculos definem a proximidade das instituições com os ribeirinhos, nos níveis próximo, mediano e distante, sendo observado que a CPT, UFPA, CEB e PARÓQUIA DAS ILHAS são os que mais os acompanham nas ações de resistência. Dentre as quatro instituições definidas como mais próximas, três (CPT, CEB e PARÓQUIA DAS ILHAS) são

de base religiosas, advindas da igreja católica, que acompanham as lutas engajadas pelos ribeirinhos há mais de 30 anos.

A CEB Santo Antônio encabeça a organização de reuniões e articulações entre os ribeirinhos, mediante a comissão diocesana de acompanhamento dos projetos de grandes empreendimentos, que tem sido fundamental para levantamento das ações que o agronegócio vem realizando no município, e posterior organização para enfrentamento a essas ações.

Cruz (2011, p. 274), em sua tese, discorre que as comunidades eclesiais de base atuam desde os anos 1960, mas que sobretudo, a partir dos anos 1970, foram fundadas nas mais diversas comunidades da região de várzea e tem atuado “exercendo um papel decisivo não só do ponto de vista da organização social, mas também política para essas populações. A Igreja e os barracões comunitários são espaços privilegiados de encontro, trocas e sociabilidades”

A UFPA tem tido participação especial na Ilha do Capim, desde o ano de 2017, no acompanhamento de todo conflito vivenciado em decorrência da utilização do furo do Capim como parte da hidrovia Tapajós-Amazonas.

Dentre as instituições de mediana proximidade dos ribeirinhos destaca-se o MORIVA (Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas de Várzea de Abaetetuba), que é uma entidade de cunho político e social que luta pela garantia dos direitos dos ribeirinhos do município de Abaetetuba. Mesmo estando presente em quase 100% das reuniões realizadas na Ilha, essa instituição foi assim classificada pois falta ainda maior efetividade no apoio às decisões tomadas pelos ribeirinhos. Já o Ministério Público foi classificado como instituição distante dos ribeirinhos, por acreditarem que muito mais poderia ser feito por esse órgão, como suspensão da licença para construção do TUP próximo à Ilha.

Construímos uma linha do tempo para demonstrar quais ações representam a luta pela reafirmação no território e quem são os sujeitos e instituições que apoiam os ribeirinhos nessas estratégias.

Figura 6 – Linha do tempo do processo de re-existência dos ribeirinhos da Ilha do Capim, Abaetetuba/PA, face a implantação do Arco Norte.

	2014	2015	2016	2017	2018
AÇÕES AGRONEGÓCIO	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tentativa de compra de terra na ilha do Capim para construção de um TFM (Odebrecht Transport); 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Acidente ambiental na cidade de Barcarena (Naufrágio navio de bois); 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Pesquisa de Campo na ilha do Capim e Urubuêua para instalação do TUP. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Lançamento do EIA- RIMA do TUP Abaetetuba (Cargill Agrícola); 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Crime Ambiental na cidade de Barcarena (Vazamento Hidro Alunorte);
AÇÃO RIBEIRINHOS	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Audiência Pública na ilha do Capim. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ 1ª tentativa de denúncia realizada ao Ministério Público; 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Audiência Pública na ilha do Capim. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Denúncia realizada ao Ministério Público Federal; ➤ Lançamento da cartografia social da ilha do Capim. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Audiência Pública Câmara de Vereadores de Abaetetuba; ➤ 1º Grito das Águas. ➤ 1ª reunião para elaboração do protocolo de consulta.
APOIADORES DOS RIBEIRINHOS	<ul style="list-style-type: none"> ➤ CEB SANTO ANTONIO ➤ MORIVA ➤ MINISTÉRIO PÚBLICO 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ CEB SANTO ANTONIO ➤ MORIVA 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ CPT ➤ CEB SANTO ANTONIO ➤ MORIVA ➤ MINISTÉRIO PÚBLICO 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ CPT ➤ CEB SANTO ANTONIO ➤ MORIVA ➤ UFPA/PPGAA 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ CPT ➤ CEB SANTO ANTONIO ➤ MORIVA ➤ PARÓQUIA DAS ILHAS ➤ UFPA/PPGAA

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Podemos observar que as ações do agronegócio são estrategicamente articuladas para que o TUP seja instalado, viabilizando assim o maior transporte de *commodities* pela hidrovía Tapajós-Amazonas, sem preocupação com as consequências que os ribeirinhos vêm vivenciando. Outras ações referidas na figura acima são decorrentes do mal gerenciamento das atividades do porto de Vila do Conde, que além de causarem grande dano ambiental à região em que está instalado, provoca danos sociais irreparáveis aos ribeirinhos.

As ações dos ribeirinhos, por sua vez, vêm se desenvolvendo no sentido de evitar a instalação do TUP, pois em suas análises essa instalação se contrapõe ao direito de permanência em seus territórios. Uma ação muito importante para o movimento de re-existência foi o “Grito das Águas” realizado em março de 2018, onde ribeirinhos de 14 ilhas se reuniram para o ato contra a instalação do TUP e reivindicação de seus direitos. A imagem a seguir retrata esse momento:

Figura 7 – Linha do tempo do processo de re-existência dos ribeirinhos da Ilha do Capim, Abaetetuba/PA, face a implantação do Arco Norte.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

6 CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Verificou-se que os ribeirinhos percebem as estratégias do agronegócio como um jogo de ações articuladas com diversos sujeitos institucionais ou individuais para efetivar a territorialização desse modelo econômico na região. Dentre essas estratégias das empresas atuantes no Arco Norte destacam-se: 1) O discurso de desenvolvimento que é propagado, que vai de encontro ao ideal de bem viver que a comunidade local preza para manutenção e reprodução de seu modo de vida; 2) Tentativa de apropriação fundiária, através de compra de área na Ilha do Capim, da qual os ribeirinhos conseguiram escapar graças a organização interna da associação local; 3) O não reconhecimento, por parte das empresas, dos ribeirinhos como integrantes da categoria de povos e comunidades tradicionais em documento publicado para efetivação da obra do TUP.

A formação, pelo agronegócio, de uma rede de apoio, envolvendo diversas esferas e instituições governamentais, proporcionam ações bem mais organizadas, gerando maior visibilidade e, conseqüentemente, maior poder de convencimento entre os munícipes, que acabam acreditando que a instalação de empresas desse setor na região vai resultar em melhoria da qualidade de vida da população.

Para mostrar que esse desenvolvimento pregado pelo agronegócio não é real em suas funções econômicas, sociais, culturais e ambientais, os ribeirinhos vêm construindo um processo de resistência mediante momentos de planejamentos, organização interna na associação do PAE, formação de rede com instituições parcerias e ações de luta. As

iniciativas de resistência dos ribeirinhos são voltadas para afirmar seus direitos e o respeito quanto sua condição de comunidade tradicional, lutando assim para permanência em seus territórios.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Diana. **A geopolítica de infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro: Actionaid/FASE, 2017.

ALMEIDA, Rogério. Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 291-298, 2010.

ASSAD, L. T.; LITRE, G., Do NASCIMENTO, E. P. **A vida por um feixe de lenha: experimento metodológico de gestão de conflitos socioambientais** – Brasília, DF. Editora IABS – Instituto Ambiental Brasil Sustentável em coedição com Editorial Abaré, 2009.

BARBOSA, Felipe Gunnar Pantoja.; FILHO, Hélio Raimundo Ferreira.; DE SOUZA, Fábila Maria. Porto de Vila do Conde/PA: Um panorama dos seus principais modais de acesso. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, (enero-marzo 2018). Disponível online em: <<http://www.eumed.net/rev/cccscs/2018/01/porto-vila-conde.htm>>. Acesso em: 05 set. 2018.

BECKER, Bertha Koiffmann. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. **Fronteiras**. Brasília/Paris: Editora Universidade de Brasília/ORSTOM, 1988, 60-90.

BECKER, Howard Saul. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.

Boletim Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências - **Ribeirinhos da Ilha do Capim: frente aos grandes empreendimentos do Baixo Tocantins** – N. 8. Coordenação geral, Alfredo Wagner Berno de Almeida, Rosa Elizabeth Acevedo Marin, Cynthia de Carvalho Martins. – Manaus: UEA Edições, 2017.

BRASIL. **Decreto presidencial nº 5.051 que promulga a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, de 1989**, 2004. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em: 07 mai. 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Arco norte: o desafio logístico**. Brasília: Câmara dos Deputados/Edições Câmara, 2016.

CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F.; BASTOS, A. P. V.; GOMES, V. **Planos Diretores no tucupi: a experiência de elaboração de planos diretores na região do Baixo**

Tocantins, Estado do Pará. In: CARDOSO, A. C. D.; CARVALHO, G. Planos Diretores Participativos: experiências amazônicas. Belém: EDUFPA, 2007a, p. 15-52.

CARGILL/AMBIENTARE. EIA – **Estudo de Impacto Ambiental do Terminal de Uso Privado Abaetetuba**. Soluções Ambientais em Meio Ambiente. 2007, 58 p.

COELHO, M. C; DE ABREU MONTEIRO, M; SANTOS, I. C. Políticas públicas, corredores de exportação, modernização portuária, industrialização e impactos territoriais e ambientais no município de Barcarena, Pará. **Novos Cadernos NAEA**, Pará, 2004, 11.1.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson. A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia. **GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 298-312, 2014.

CONCEIÇÃO, Francilene Sales. Da territorialização camponesa à territorialização do agronegócio: um estudo geográfico da questão agrária em Santarém e Belterra/PA. **Revista Presença Geográfica**, Rondônia, 2016, 2.2: 55-69.

CRUZ, Valter Carmo. **Lutas Sociais, Reconfigurações Identitárias e Estratégias de Reapropriação Social do Território na Amazônia**. 2011. 368 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

FABRINI, João Edimilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v.10, n. 11, p. 8-32, 2007.

GARCIA FILHO, Danilo Prado. **Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários. Guia Metodológico**. Brasília: Projeto de cooperação Técnica INCRA/FAO, 1999.

HARVEY. D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HEREDIA, B; PALMEIRA, M; LEITE, S. P. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Sociais**, v. 25, n. 74, p. 159-196, out. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsorc/v25n74/a10v2574.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2018.

MANESCHY, M. C; MAIA, M. L. S; DA CONCEIÇÃO, M. F. C. Associações rurais e associativismo no nordeste amazônico: uma relação nem sempre correspondida. **Novos Cadernos NAEA**, Pará, 2008, 11.1.

MANN, Peter H. Etapas da investigação sociológica. In: MANN, P. H. **Investigação sociológica**. 2. Ed. Tradução: Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1975. p.40-61.

Mapa da rota dos grãos pelo Arco Norte. Mário Hélio Santos Filho, 2020.

Mapa de localização da ilha do Capim, Abaetetuba-Pará. Karla de Souza Santos, 2019.

Maquete do Terminal Fluvio Marítimo na Ilha do Capim. Fonte: MPS PROJETOS INDUSTRIAIS LTDA. Disponível em: <<http://www.mpsprojetos.com.br/br/portfolio/terminal-fluvio-maritimo/33/>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

MOREIRA, Eliane Cristina Pinto. **Justiça Socioambiental e Direitos Humanos**: Uma análise a partir dos direitos Territoriais de povos e comunidades tradicionais. 1 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, 272 p.

MTPA – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. **Corredores Logísticos Estratégicos/ Volume I – Complexo de soja e milho**. Brasília: MTPA, 2017. Disponível em: <<http://www.cnabrazil.org.br/pesquisas/corredores-logisticos-estrategicos-volume-i-complexo-de-soja-e-milho>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

PORTO-GONCALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

NAHUM, J. S. Usos do território e poder do atraso em Barcarena (Pará). Cuadernos de Geografía-**Revista Colombiana de Geografía**, 2011, 20.1: 47-54.

RODRIGUES, Jondison Cardoso. O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o Oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 21, n. 42, p.202-228, Dossiê, 2018.

RODRIGUES, J. C; RODRIGUES, J. C; DE LIMA, R. A. P. Portos do agronegócio e produção territorial da cidade de Itaituba, na Amazônia Paraense. **Geosul**, Florianópolis, 2019, 34.71: 356-381.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo**: guia prático DRP. 61p. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, DF, Brasil. Disponível em: <<http://www.bs.cca.ufsc.br/publicacoes/diagnosticoruralparticipativo.pdf>>. Acesso em: 12 agos. 2017.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, 2014, 52: 25-44.

NOTAS

Jaqueline Raquel Cardoso Mesquita

Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável
Universidade Federal do Pará, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Belém, Brasil
jaquelinercmesquita@gmail.com

Lívia de Freitas Navegantes Alves

Doutora em Agroecossistemas
Universidade Federal do Pará, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Belém, Brasil
lnavegantes@ufpa.br

Endereço de correspondência do principal autor

Travessa Nove de Janeiro, 455, CEP: 66060-370, Vila Santa Terezinha, Casa 5 (altos), Belém, PA, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os membros da Associação Extrativista Projeto AgroExtrativista- PAE Santo Antônio II, por nos permitirem fazer parte de seus cotidianos e retratar seu modo de vida.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: J. R. C. Mesquita, L. F. Navegantes-Alves

Coleta de dados: J. R. C. Mesquita

Análise de dados: J. R. C. Mesquita

Discussão dos resultados: J. R. C. Mesquita, L. F. Navegantes-Alves

Revisão e aprovação: L. F. Navegantes-Alves

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no artigo e na seção “Materiais suplementares”.

FINANCIAMENTO

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

NÃO SE APLICA.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

NÃO SE APLICA.

CONFLITO DE INTERESSES

NÃO SE APLICA.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Javier Ignacio Vernal, Silmara Cimbalista e Selvino José Assmann (In Memoriam).

EDITOR ASSISTENTE - Eixo temático: “Amazônia: povos, conflitos e preservação”

Luiz Barp

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 19-11-2019 – Aprovado em: 30-06-2020 – Publicado em: 31-07-2020